



REVISTA BRASILEIRA DE FILOSOFIA E HISTÓRIA



A reforma protestante: uma nova reflexão sobre a teologia e a vida cristã

Samara Dantas Trigueiro

Licenciada em História e especialista em Geopolítica e História,
pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP)

José Rivamar de Andrade

Professor, graduado em Letras e especialista em Língua, Linguística e Literatura
pelas Faculdades Integradas de Patos, aluno do curso de Mestrado
Internacional em Educação, pela Florida Christian University (USA)

E-mail: rivamar_andrade@hotmail.com

Resumo: A Reforma foi um movimento religioso, que no século XVI, subtraiu uma parte da cristandade européia à obediência de Roma e deu origem às Igrejas Protestantes. Inicialmente, a Reforma foi obra de Martinho Lutero, cuja doutrina espalhou-se pelos países germânicos e escandinavos, onde foram constituídas poderosas Igrejas de Estado. Várias foram as consequências históricas desencadeadas a partir da Reforma Protestante. No entanto, a maior reação ao movimento reformista foi aquele que entrou para a história com o nome de Contra Reforma ou Reforma Católica. A Reforma Protestante redefiniu as relações sociedade-estado, ao oferecer novas oportunidades políticas ao aprofundamento da representação popular, por meio da instituição das monarquias e do novo princípio de primogenitura, além de ter aprofundado a representação popular e a liberdade do homem porque redefiniu as ligações entre Igreja e Estado. Ela trouxe novas oportunidades à reformulação das relações sociedade-estado ao fornecer novas bases, que refletiam tanto os fundamentos das doutrinas teológicas do Cristianismo, como as realidades políticas concretas legadas pela Idade Média. A mensagem protestante achou espaço numa sociedade extenuada e saturada de uma religiosidade vazia e por isso, transformou-se nas respostas às necessidades humanas do indivíduo que tinha de orientar-se e relacionar-se com o seu próprio mundo. Para os críticos, o protestantismo, entre outras coisas, liberou o homem de impedimentos teológicos medievais, dando respeitabilidade à burguesia. No entanto, a Reforma Protestante não se limitou somente a isto. Ela trouxe uma nova reflexão sobre a teologia e a vida cristã. A consequência natural desses princípios é que cada cristão necessita ter acesso a Escritura em sua própria linguagem. De fato, os protestantes, mais do que qualquer outro grupo religioso, tem se preocupado em traduzir a Bíblia Sagrada para outras línguas.

Palavras-chave: Reforma Protestante. Reflexão. Vida Cristã.

The Reformation: a new reflection on the theology and the Christian life

Abstract: The Reformation was a religious movement, which in the sixteenth century, subtracted a part of European Christianity to the obedience of Rome and gave rise to the Protestant Churches. Initially, the Reformation was the work of Martin Luther, whose doctrine spread by the Germanic and Scandinavian countries, where they were made powerful Churches of State. There were several historical consequences triggered from the Protestant Reformation. However, the biggest reaction to the reform movement was the one who made history with the name of the Counter Reformation or Catholic Reformation. The Protestant Reformation redefined the state-society relations, offering new opportunities to deepen policies of popular representation, through the imposition of monarchies and the

new principle of primogeniture, and has deepened popular representation and the freedom of man because redefined links of church and state. She brought new opportunities to the reformulation of society-state relations by providing a new basis, reflecting both the fundamentals of theological doctrines of Christianity, such as the concrete political realities bequeathed by the Middle Ages. The Protestant message found in a space exhausted and society saturated with an empty religiosity and so became the responses to human needs of the individual who had to orient themselves and relate to their own world. To critics, Protestantism, among other things, released the man of medieval theological impediments, giving respectability to the bourgeoisie. However, the Protestant Reformation was not limited only to this. She brought a new reflection on the theology and the Christian life. The natural consequence of these principles is that every Christian needs to have access to Scripture in their own language. In fact, Protestants, more than any other religious group, has been keen to translate the Bible into other languages.

Keywords: Protestant Reformation. Reflection. Christian Life.

1 Introdução

A Reforma foi um movimento religioso, que no século XVI, subtraiu uma parte da cristandade européia à obediência de Roma e deu origem às Igrejas Protestantes. Inicialmente, a Reforma foi obra de Martinho Lutero, cuja doutrina espalhou-se pelos países germânicos e escandinavos, onde foram constituídas poderosas Igrejas de Estado.

De acordo com Mondin (1981, p. 27), “a Reforma Protestante foi um acontecimento essencialmente religioso, mas causou, ao mesmo tempo, profundas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais”.

Assim, em consequência disso, ela deve ser estudada e julgada segundo critérios religiosos, mais precisamente, segundo os critérios da fé cristã, cujo espírito original a Reforma se propunha restabelecer.

Os países de língua francesa foram logo atraídos e encontraram em Calvino o homem capaz de orientar corretamente a renovação religiosa; sua ação, tanto em Genebra quanto junto aos huguenotes franceses, fez da Suíça e da França os baluartes de um novo tipo de protestantismo (o Calvinismo), que daí se expandiu para a Polônia, Boêmia, Hungria, Ilhas Britânicas, marcando a Reforma Anglicana, que se apresentou como uma via intermediária entre o Catolicismo e o Protestantismo.

À margem das três grandes correntes da Reforma (Reforma Luterana, Reforma Calvinista e Reforma Anglicana), que constituíram Igrejas organizadas, desenvolveram-se correntes paralelas, que rejeitaram qualquer traço institucional, como os anabatistas e os

movimentos ligados ao Iluminismo e aos milenarismo.

No entanto, a Reforma marcou historicamente o pensamento cristão. O abalo por ela provocado trouxe uma abertura para uma nova reflexão sobre a teologia e a vida cristã.

2 Revisão de Literatura

2.1 As consequências históricas da reforma protestante

Várias foram as consequências históricas desencadeadas a partir da Reforma Protestante. No entanto, a maior reação ao movimento reformista foi aquele que entrou para a história com o nome de Contra Reforma ou Reforma Católica.

Registram Ordeñez e Quevedo (2004, p. 104) que:

As primeiras experiências efetivas ocorreram na Espanha. Os reis católicos, Fernando e Isabel, impulsionaram a reforma do clero, intelectual e moralmente, o que foi possível porque a Igreja era dependente do Estado, dessa maneira, as iniciativas partiram da Coroa, com a participação direta do confessor da rainha, o primaz da Espanha e inquisitor-mor de Castela e Leão, o Cardeal Francisco Ximenez de Cisneros.

A Reforma Católica, prolongou por todo o século XVI. Nesse período, destacaram-se os seguintes papas reformistas: Paulo III, Paulo IV, Pio V e Xisto IV. No entanto, o êxito da Reforma Católica foi resultante da participação direta dos

padres da Companhia de Jesus, ordem fundada por Inácio de Loyola, em 1534.

Informa Gonzalez (1986), que essa ordem se empenhou decisivamente na organização da Igreja, apoderou-se da tarefa de educação de importantes setores da sociedade e por meio dela combatia o protestantismo, reafirmando todos os dogmas católicos.

Deve-se registrar que a Companhia de Jesus exerceu um importante papel na conversão ao catolicismo de grande parte dos povos indígenas do continente americano (COTRIM, 2004).

Em 1545, o papa Paulo III convocou o Concílio de Trento para posicionar-se ante as críticas protestantes. Os bispos estiveram reunidos de 1545 a 1547, de 1551 a 1552 e, por fim, de 1562 a 1563.

De acordo com Ordeñez e Quevedo (2004), no Concílio de Trento a Igreja Católica:

a) condenou a doutrina protestante da justificação pela fé;

b) proibiu a intervenção dos príncipes nos assuntos eclesiásticos e a acumulação de benefícios, pois confirmava que o papa e os bispos detinham os poderes outorgados por Jesus Cristo a São Pedro e aos apóstolos;

c) definiu o pecado original;

d) manteve os setes sacramentos, o celibato clerical e a indissolubilidade do matrimônio, o culto aos santos - com procissões e rezas - e as relíquias;

d) disciplinou a formação e regrou a vida dos padres e dos regulares à administração dos sacramentos;

e) confirmou que o dogma está fundado nas Sagradas Escrituras, cabendo somente à Igreja Católica o poder de interpretação;

f) determinou a publicação de um resumo da doutrina cristã - o catecismo.

Depois do Concílio de Trento se afirmou em todo o mundo católico que o pecado não corrompe totalmente a natureza humana e que a luz natural da graça inata deve ser universalmente apregoada como o critério definidor da legitimidade dos códigos legais positivos inventados pelas comunidades humanas para governar (HANSEN, 2001).

Paralelamente a realização do Concílio de Trento, a Igreja Católica tomou várias medidas visando coibir o avanço do Protestantismo. Assim, em 1559, criou o Índice de Livros Proibidos, composto de uma lista de livros cuja

leitura era proibida aos cristãos, por comprometer a fé e os costumes católicos.

2.2 As mudanças sociais e políticas produzidas pela reforma

A Reforma Protestante redefiniu as relações sociedade-estado, ao oferecer novas oportunidades políticas ao aprofundamento da representação popular, por meio da instituição das monarquias e do novo princípio de primogenitura.

Observa Mettenheim (2004, p. 35), que “enquanto as novas nações européias buscavam expandir seu poder no exterior, por meio da aquisição colonial, a legitimidade interna dos estados era abalada por um simples monge”.

Quando Martinho Lutero iniciou a Reforma Protestante somente as questões litúrgicas pareciam estar em jogo. Entretanto, seus ensinamentos reafirmaram o princípio do ‘faça aos outros...’ como uma questão de escolha individual e não, de autoridade da Igreja (METTENHEIM, 2004).

Em síntese, a Reforma Protestante aprofundou a representação popular e a liberdade do homem porque redefiniu as ligações entre Igreja e Estado. Ela trouxe novas oportunidades à reformulação das relações sociedade-estado ao fornecer novas bases, que refletiam tanto os fundamentos das doutrinas teológicas do Cristianismo, como as realidades políticas concretas legadas pela Idade Média.

O processo de Reformas Religiosas iniciadas no século XVI também foi um grande impulsionador da difusão dos impressos e do processo educativo.

Afirma Nohls (1978), que aos reformadores do século XVII deve-se a ‘autoconsciência’ do proceder educativo, retirando as cogitações didático-pedagógicas da Filosofia, da Teologia ou da Literatura, onde, até essa época, encontravam abrigo.

Os protestantes não ficaram estagnados quanto à questão educativa. O pensamento reformista foi fundamental para a formação da pedagogia que se encontra em vigor até hoje.

De acordo com Ferrari (2005, p. 30-32):

Lutero não somente atingiu a igreja católica com suas críticas, mas influenciou a educação quando produziu uma reestruturação no sistema de ensino alemão, inaugurando uma escola moderna.

A idéia da escola pública e para todos, organizada em três grandes ciclos (fundamental, médio e superior) e voltada para o saber útil nasceu do projeto educacional de Lutero.

A instrução popular foi muito importante para a reforma religiosa. Naquela época, a busca de procedimentos que propiciassem rendimento ao ensino tornou-se importante. Numa época em que o latim dominava, os reformistas propuseram iniciar o ensino pela língua materna e por meio de livros ilustrados.

Era pensamento dos reformistas expandir o processo educativo para o homem, independente de sua origem, aprender a ler e escrever, e, conseqüentemente, estudar as Escrituras Sagradas. Essa iniciativa revolucionária, marcou a luta contra o tipo de ensino concedido pela Igreja Católica Medieval, até então, somente acessível aos ricos. Essa lógica passou a ser chamada de teísmo pedagógico, que significa o saber funcionando como amparo da fé (FERRARI, 2005).

2.3 Uma nova reflexão sobre a teologia e a vida cristã

Os reformadores romperam com a concepção católica romana da igreja. No entanto, tiveram diferenças entre si em algumas particularidades.

Explica Bacich (2004, p. 16) que:

A idéia de uma igreja infalível e hierárquica, e de um sacerdócio especial, que dispensa a salvação por intermédio dos sacramentos, não teve o apoio de Lutero. Ele considerava a igreja como a comunhão espiritual daqueles que crêem em Cristo e restabeleceu a idéia escriturística do sacerdócio de todos os crentes.

Lutero defendia a unidade da igreja. No entanto, distinguia dois aspectos dela, um visível e outro invisível. Ele teve o cuidado de assinalar que não existem duas igrejas, mas simplesmente dois aspectos da mesma igreja. Para o reformista alemão, a igreja invisível tornava-se visível, não pelo governo de bispos e cardeais, nem na chefia do papa, mas pela pura administração da Palavra e dos sacramentos.

Lutero admitia que a Igreja visível sempre terá uma mistura de membros fiéis e ímpios. Contudo, em sua reação contra a idéia católica romana do domínio da Igreja sobre o estado, ele foi ao outro extremo e virtualmente sujeitou a igreja ao estado em tudo, menos na pregação da Palavra.

Acrescenta Bacich (2004, p. 17) que:

Os anabatistas não ficaram satisfeitos com a posição de Lutero e insistiam numa igreja só de crentes. Em muitos casos, eles zombavam da igreja visível e dos meios de graça. Além disso, exigiam completa separação de igreja e estado. Calvino e os teólogos reformados estavam de acordo com Lutero quanto à confissão de que a Igreja é essencialmente uma *Communio Sanctorum*, uma comunhão de santos.

Os anabatistas não procuravam, como os luteranos, a unidade e a santidade da Igreja primariamente nas ordenanças objetivas da igreja, tais como os ofícios, a Palavra e os sacramentos, mas sobretudo na comunhão subjetiva dos crentes. Ademais, encontravam as verdadeiras marcas da igreja, não somente na correta administração da Palavra e dos Sacramentos, mas também na fiel administração da disciplina na igreja.

De acordo com Mafra (2001, p. 112):

Até mesmo Calvino e os Teólogos reformados do século dezessete fomentaram, em certa medida, a idéia da sujeição da igreja do estado. Contudo estabeleceram uma forma de governo da igreja que propiciava maior grau de independência e poder eclesiásticos que o que se conhecia na Igreja Luterana.

Tanto os Teólogos luteranos como os reformados (calvinistas) procuravam manter a relação apropriada entre a igreja visível e a invisível. Os socinianos e os arminianos do século dezessete, embora na verdade falassem de uma igreja invisível, esqueceram tudo que diziam respeito à vida real.

Acrescenta Mafra (2001), que socinianos concebiam a religião Cristã simplesmente como uma doutrina aceitável e os arminianos faziam da igreja primariamente uma sociedade visível e seguiam a igreja luterana no sentido de entregarem ao estado o direito de ministrar a

disciplina, e de reterem para a igreja somente o direito de pregar o Evangelho e admoestar os membros da igreja.

Por outro lado, a tradição teológica conhecida como reformada, originada a partir das idéias de Calvino, distingue-se de outras tradições cristãs ou protestantes (luterana, anabatista). No entanto, existem pontos comuns entres todas estas tradições cristãs, embora que haja elementos distintamente reformados.

Explica Cavalcanti (1985), que do ponto de vista calvinista, o homem é um ser integralmente unificado e Cristo é o Senhor, tanto da Igreja quanto da Sociedade.

Por essa razão, os cristãos devem lutar para manifestar a presença do Reino de Deus, embora sua plenitude somente se alcance com o retorno de Cristo.

No entanto, deve-se registrar que na visão calvinista, a Igreja é um centro de arregimentação e treinamento de pessoa que se reformam para reformar (CAVALCANTI, 1985).

Afirma Bernhardt (2004, p. 60) que:

Na doutrina reformista, a distinção entre lei e evangelho pôde ser aplicada por Lutero (e, a partir dele, em todo o protestantismo) como princípio de crítica à religião que é aplicável de igual maneira tanto em termos intra-religiosos quanto inter-religiosos. E aí a interpretação dessa distinção em termos de teologia da revelação passou para segundo plano, e o contexto interpretativo soteriológico da doutrina da justificação passou para o primeiro plano.

Analisando essa afirmação, entende-se que a lei e o evangelho não foram concebidos como duas maneiras da auto-comunicação de Deus, mas como os dois “caminhos” entre Deus e o ser humano, que transcorrem em sentido oposto.

Assim, em consequência disso, a proclamação da graça presenteada de Deus consoante o evangelho se contrapõe a toda forma de religião legalista que vincule a salvação à precondição de boas obras.

Lutero ensinava que o evangelho é o fundamento da fé estabelecido por Deus, que constitui a relação salvífica com Deus e transcende e relativiza toda religião. No entanto, quem crê no verdadeiro Deus *uno* e o adora, mas não conhece sua vontade graciosa incondicional, não se encontra sobre esse fundamento.

Na visão de Lutero, o elemento distintivo decisivo do verdadeiro ser-cristão não era a pertença nominal ao cristianismo (ou a confissão verbal de Cristo), e sim o princípio material “evangélico” do ser-cristão adjudicado e apropriado existencialmente na fé: a justificação efetuada por Deus de uma vez por todas em Cristo e concedida somente pela graça.

Nessas afirmações, resumem-se a teologia de vida cristã, na ótica reformista.

3 Considerações Finais

A Reforma Protestante mudou de forma considerável o entendimento humano sobre a fé. Ela possibilitou o enfraquecimento do poder político da Igreja Católica, e, em contrapartida, aumentou o poder real.

A mudança radical que a Reforma introduziu na vivência religiosa dos que a ela aderiram encontra-se no fato de que colocam em primeiro plano a responsabilidade individual.

Após o advento da Reforma, os estados fortaleceram-se como nações, isentas da interferência papal. Por outro lado, a Reforma serviu como justificativa ideológica para o enriquecimento da burguesia, principalmente, através da difusão das idéias de Calvino, que legitimavam o lucro, anteriormente proibido pela Igreja Católica.

Por outro lado, as conseqüências também se fizeram presentes no campo da instrução. Pois, os protestantes recebiam instrução básica de leitura e escrita. Para os reformistas, a Bíblia deveria ser lida e consultada por todos os fiéis. Essa iniciativa protestante não se limitou apenas aos adeptos da religião reformista.

Muitos católicos foram estimulados a aprofundarem os seus conhecimentos sobre a doutrina católica. Desta forma, indiretamente a Reforma Protestante influenciou as reformas que se processaram no seio da Igreja Católica.

A análise do material bibliográfico selecionado para fundamentar a presente pesquisa, permitiu constatar que o pensamento ensina que a Bíblia é sua última autoridade e que nele não há a tradição ou personalidades importantes ou a experiência.

Constatou-se também que o pensamento reformista ensina o sacerdócio universal de todos os crentes, entre outras coisas, isto significa que cada cristão tem o privilégio e a responsabilidade de conhecer a Deus e sua revelação nas Escrituras.

A mensagem protestante achou espaço numa sociedade extenuada e saturada de uma religiosidade vazia e por isso, transformou-se nas respostas às necessidades humanas do indivíduo que tinha de orientar-se e relacionar-se com o seu próprio mundo.

Para os críticos, o protestantismo, entre outras coisas, liberou o homem de impedimentos teológicos medievais, dando respeitabilidade à burguesia.

No entanto, a Reforma Protestante não se limitou somente a isto. Ela trouxe uma nova reflexão sobre a teologia e a vida cristã. A consequência natural desses princípios é que cada cristão necessita ter acesso a Escritura em sua própria linguagem. De fato, os protestantes, mais do que qualquer outro grupo religioso, tem se preocupado em traduzir a Bíblia Sagrada para outras línguas.

3 Referências

- BACICH, Alexandre Z. Bacich. **Manual de teologia**. São Paulo: Nova Fronteira, 2004.
- CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política**: Teoria bíblica e prática histórica. São Paulo: CEBEP, 1985.
- COTRIM, Gilberto. **Elementos da história**. São Paulo: Moderna, 2004.
- FERRARI, Márcio. Erasmo de Roterdã o pedagogo humanista. In: **Nova Escola**, Grandes Pensadores, n. 184, ago. 2005.
- GONZALEZ, Justo L. **A era dos sonhos frustrados**. Vol. V. São Paulo: Vida Nova. 1986.
- HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.
- MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- METTENHEIM, Kurt von. A Ética Protestante e o Espírito da Democracia: Caminhos na Teoria Democrática de Weber a Hegel In: **Boletim do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, nº 4, abr/2004.
- MONDIN, B. **Curso de Filosofia**. São Paulo: Paulinas. 1981.
- NOHL, Hermann. **Teoria da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ORDOÑEZ, Marlene e QUEVEDO, Júlio. **História geral**. São Paulo: IBEP, 2004.